



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A COLABORAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ELABORAÇÃO  
DO CURRÍCULO DA ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIÃO:  
O FOCO NO ALUNO, SUAS NECESSIDADES E INTERESSES.**

**Valéria Rodrigues da Costa**

**Belo Horizonte, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A COLABORAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ELABORAÇÃO  
DO CURRÍCULO DA ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIÃO:  
O FOCO NO ALUNO, SUAS NECESSIDADES E INTERESSES.**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação do Professor Alexandre Gomes Soares do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte, 2015**

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar como a gestão escolar contribui na elaboração e na implantação de um currículo inclusivo na Escola Municipal Murilo Rubião. Sobretudo, serão analisados alguns aspectos sob o prisma da gestão democrática, construção curricular e que posteriormente, irão compor o Projeto Político Pedagógico da referida unidade escolar. Tomou-se como base teórica a linha de pensamento de estudiosos como Moacir Gadotti (2003), Dermeval Saviani (1999), Paulo Freire (1997) e Gimeno Sacristán (2013), com a intenção de discutir o currículo a partir da realidade da escola buscando auxílio na teoria e na empiria. Concluímos, portanto, que a mudança a ser realizada na EMMR passa pela transformação do foco, uma atenção especial no âmbito curricular. É preciso rever as funções e as atividades, deve-se buscar um objetivo maior, comum a todos, que seja reflexo do projeto escolar

**Palavras-chave:** currículo inclusivo, gestão democrática.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIÃO E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>6</b>
1.1. O desenvolvimento da Escola Municipal Murilo Rubião e a necessidade de reformulação do Projeto Político Pedagógico.....	7
1.2. Leis democráticas e postura democrática: o grande desafio da gestão da Escola Municipal Murilo Rubião .....	8
<b>2. REFLEXOS DA FALTA DE UM PROJETO COLETIVO EM UMA GESTÃO QUE SE PRETENDE DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>12</b>
2.1. Currículo .....	14
2.1. Delineando caminhos para a construção do currículo na escola.....	15
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO Projeto Político Pedagógico.....</b>	<b>22</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o tema gestão democrática com foco na seguinte questão: como a gestão escolar contribui na elaboração e na implantação de um currículo inclusivo na Escola Municipal Murilo Rubião?

Neste sentido busco analisar de que forma a gestão escolar contribui na elaboração e na implantação de um currículo inclusivo na escola.

Foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, no intuito de fornecer embasamento para a discussão sobre os parâmetros necessários a uma gestão democrática e também dos aspectos essenciais de um currículo que atenda aos interesses e também às necessidades do corpo discente da unidade escolar em questão.

Tomou-se como base teórica a linha de pensamento de estudiosos como Oliveira, Moraes e Dourado (2007), Cury (2006), Paro(1994) Sacristán (2013), com a intenção de discutir o currículo a partir da realidade da escola buscando auxílio na teoria e na empiria. Ainda neste sentido reflexivo cabe lembrar que, “[a] gestão democrática da educação é [...] transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência.” (CURY, 2006, p.22) Ainda nessa vertente, promover o diálogo entre os diversos setores da comunidade escolar, buscando fortalecer a ideia de cidadania e democracia em suas relações, entre eles o Colegiado Escolar. Entendo o currículo segundo a percepção de Sacristan (2013), como práxis, no qual o texto curricular é interpretado pelos professores, pelos materiais, pelos educandos. Além disto o currículo é realizado em práticas com sujeitos concretos e inseridos em um contexto, permeado pelos efeitos educacionais reais e por efeitos comprováveis e comprados.

O trabalho está inserido nos seguintes eixos do Projeto Político Pedagógico: finalidades da escola, currículo escolar e processos de decisão.

A E. M. Murilo Rubião está situada na região nordeste de Belo Horizonte. Conta com 1.228 alunos em idades entre 6 e 16 anos, nos três ciclos de formação e na EJA, distribuídos nos turnos manhã e tarde. O corpo docente é formado por 85 professores concursados (1º e 2º ciclos e áreas específicas) e 57 funcionários contratados pela Caixa Escolar em regime CLT. Apesar de estar na periferia, há muitas casas de grande porte, de construções elaboradas, comércio variado, ruas e avenidas asfaltadas, linhas de ônibus, igrejas e postos de saúde. Os problemas de violência e tráfico de drogas estão presentes e, cada vez mais, vêm interferindo na

rotina escolar. Ainda assim, é considerada uma escola diferenciada na região devido à sua linha de trabalho. A clientela atendida é heterogênea. Há alunos de classe econômica mais favorecida, que conta com infraestrutura básica – saneamento, água, luz, telefone – e outros recursos como eletrodomésticos e até carro. Contam com acompanhamento da família que, ainda que trabalhe, comparece à escola e valoriza o estudo dos filhos. Em contrapartida, há alunos que vêm de regiões menos favorecidas, como os aglomerados, e que muitas vezes não têm nem o saneamento básico, por exemplo, fazendo uso de fossas. Geralmente são famílias numerosas, atendidas pelo Bolsa-Família, que não têm emprego fixo mas nem por isso acompanham o rendimento escolar dos filhos. Muitos participam de programas de tempo integral (na própria escola ou outro) mas ainda há aqueles que preferem não aderir a nenhum programa para não ter que cumprir normas ou regras.

## **1. A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIÃO E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO**

Desde 1991, data do início de seu funcionamento, ainda provisoriamente no prédio da antiga FAFICH (Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais), a Escola Municipal Murilo Rubião situada na região nordeste de Belo Horizonte, vem passando por mudanças significativas em sua estrutura, tanto físicas quanto pessoais /profissionais. Em 1996 foi realizada a primeira eleição para Diretor e Vice-Diretor, que contou com a participação da comunidade escolar. Até então, a equipe gestora era designada pela Secretaria Municipal de Educação e, a partir daquele ano, passou a ser eleita pela comunidade escolar, em regime democrático.

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado já no ano seguinte, pela necessidade de se definir um plano de ação que auxiliasse e direcionasse a prática pedagógica em um contexto tão desanimador: dificuldade e defasagem dos alunos em leitura e escrita, alto índice de distorção idade/série, pouco envolvimento nas atividades escolares, grande número de evasão e retenção. Baseado na orientação da Secretaria Municipal de Educação e aplicando o proposto na Lei nº 9.394/1996 da LDB, a equipe que passou a assumir a gestão da escola a partir daquele ano de 1997 formalizou o respectivo documento, auxiliado pela equipe pedagógica e pelo grupo de professores.

Desde sua criação, o mesmo PPP foi utilizado como base para a prática escolar, tendo sido implantado pelo grupo que atuava na escola a partir de então. Durante os momentos de Reuniões Pedagógicas, quando o grupo era reunido por turno, eram discutidos temas e/ou práticas vivenciadas na escola, à luz dos fundamentos deste PPP. Após alguns anos, principalmente com a extinção do momento semanal específico para as Reuniões Pedagógicas, o documento deixou de ser consultado e passou a ser apenas uma formalidade engavetada.

### **1.1. O desenvolvimento da Escola Municipal Murilo Rubião e a necessidade de reformulação do Projeto Político Pedagógico**

Se no ano de 1997, quando foi criado, o PPP atendia e representava a realidade da EMMR, hoje já não se pode dizer o mesmo. O grupo que trabalhava naquela época mudou consideravelmente: alguns se aposentaram, outros mudaram de escola, o número de alunos (e, conseqüentemente, o de turmas) aumentou e, com isso, muitos novos profissionais vieram fazer parte da comunidade escolar, alterando totalmente o perfil da escola. As mudanças nos modelos educacionais (entre eles a Escola Plural) também fizeram parte desse processo.

Também podemos dizer o mesmo da comunidade em que a instituição se insere. Os interesses são outros, as famílias têm uma nova constituição, o poder aquisitivo aumentou, os valores e referências humanas e afetivas se modificaram. O processo de globalização e informatização por que vem passando o mundo como um todo interferiu diretamente nessas mudanças que, como não poderia ser diferente, refletiram no ambiente escolar. Sendo assim, o currículo da escola de hoje deve adaptar-se às novas mudanças tecnológicas, ampliando os horizontes de conhecimento do aluno. Como nos esclarece Jamil Cury,

[a] sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. (CURY, 2006, p.10)

Ora, se o PPP deve “representar o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que caracteriza e orienta a ação educativa” como bem define o autor João Ferreira de Oliveira (2005) e, segundo Cury “é a marca registrada [...], sua ‘carteira de identidade”’(CURY,2006, p.19), entendemos que urge a

necessidade da elaboração de um novo documento. Este deve passar por uma reformulação, pautada nas discussões com os diversos setores envolvidos no processo escolar, buscando analisar as práticas já existentes que condizem com o atual projeto e adaptá-las à nova realidade. Segundo Janete Azevedo, “os atores chamados a decidir não o fazem apenas racionalmente, mas também através de suas visões de mundo e de suas motivações.” Além disso,

[o]s conflitos e lutas pelo poder, os meios de resistência, as alianças, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes do professor, as relações entre as pessoas, a participação dos pais e dos alunos e o modo como esses atores escolares se comunicam são aspectos que vão influenciar, com vigor, o tipo de PPP que será elaborado e os rumos que irá seguir no processo de sua implementação. (AZEVEDO, 2005, p.4)

## **1.2. Leis democráticas e postura democrática: o grande desafio da gestão da Escola Municipal Murilo Rubião.**

Desde que iniciou seu processo de eleição para diretores e vice-diretores nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, deveria ter sido iniciado também o processo democrático na escola. Ainda que haja passado por eleições desde 1996 para assumir no ano de 1997, não se pode dizer que a EMMR tenha sido exemplo de democracia. O Colegiado foi formado, havia Conselhos de Classe e Reuniões Pedagógicas, mas muitas das decisões eram determinadas pela Secretaria de Educação ou pelas Gerências; outras, tomadas a portas fechadas, entre Direção e Coordenação, sem contar com a participação dos professores, dos pais e/ou dos alunos. A prática, então, demonstra uma dicotomia de ações. A autora Heloísa Lück nos ajuda a entender esta dicotomia quando ressalta

[...] que não se trata de simples mudança terminológica e sim de uma fundamental alteração de atitude e orientação conceitual[e que]a prática é promotora de transformações de relação de poder, de práticas e da organização escolar em si. (LÜCK, 2000, p.15)

Um exemplo disso foi a demora em aderir aos Programas Escola Integrada<sup>1</sup> e Escola Aberta<sup>2</sup>. O fato de abrir a escola para a comunidade, ampliar o atendimento

---

<sup>1</sup> A Escola Integrada é uma política municipal de Belo Horizonte, que estende o tempo e as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes do ensino fundamental nas escolas da Prefeitura. São nove horas diárias de atendimento a milhares de estudantes, que se apropriam cada dia mais dos equipamentos urbanos disponíveis, extrapolando os limites das salas de aula e do prédio escolar. Estas oportunidades são implementadas com o apoio e a contribuição de entidades

aos alunos em período integral, inclusive com almoço, resultava na preconcepção dos antigos gestores a ideia de perda de controle, de desordem, de perda de identidade da escola como local de estudo, concentração.

Alterar essa lógica não tem sido tarefa fácil para a atual gestão. Ainda que fosse um desejo da comunidade, que conta em sua maioria com mães e pais (estes últimos em menor número) que trabalham e não têm com quem deixar os filhos (aumentando o risco por ficarem sozinhos em casa ou nas ruas), não era de interesse das gestões anteriores, ainda que dividisse a opinião dos professores.

Mais uma vez buscamos orientação nas palavras de Lück (2000) quando ela explica que

[...] também no contexto da escola aparece a contradição natural em todo processo social: de um lado, o desejo de ser autônomo, a necessidade de assumir seus próprios destinos e responsabilidades sobre seus atos, o reconhecimento da importância de abrir a escola para a comunidade, e de outro lado, o receio de assumir responsabilidades e o medo de que o Estado a deixe sozinha e o temor de perder o controle sobre seu processo. (LÜCK, 2000, p.23-4)

Neste caso, a atuação do Colegiado Escolar é de suma importância. É ele que vai respaldar e legitimar a postura democrática da gestão. Não se trata somente de aprovar os gastos e resoluções, mas de participar efetivamente nas discussões em busca de soluções e as formas de aplicação dos recursos. De acordo com a orientação do MEC a respeito dos Conselhos Escolares como estratégia democrática (MEC, 2004),

[...] somente será possível instituir a legítima gestão democrática da escola pública se arruirmos, primeiro, os fundamentos do paradigma

---

de ensino superior, empresas, organizações sociais, grupos comunitários e pessoas físicas. Disponível em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt\\_BR&pg=5564&tax=7443](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt_BR&pg=5564&tax=7443). Acesso em 25 Jun 2015.

<sup>2</sup> Os O Programa Escola Aberta tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz. Busca fortalecer a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução da violência escolar, através da melhoria do capital social e humano nas comunidades; a estratégia utilizada é estreitar a parceria entre escola e comunidade ocupando criativamente o espaço escolar nos finais de semana com oficinas, cursos e atividades educativas culturais, esportivas, de lazer, de qualificação para o trabalho e geração de renda, de investigação no campo das ciências da natureza. O programa que é considerado modelo pelo Ministério da Educação mantém hoje 170 escolas abertas aos finais de semana recebendo cerca de 147.839 pessoas por mês num total de 221.765 participações." Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt\\_BR&pg=5564&tax=7443](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt_BR&pg=5564&tax=7443). Acesso em 25 Jun 2015.

patrimonialista do Estado brasileiro, estejam eles situados nos governantes, na burocracia ou nas corporações, para colocar no lugar deles novos fundamentos, situados na pertença da escola à cidadania, que lhes confere autonomia e poder e que possibilita a participação. (MEC, 2004, p.2)

Paro (1994)propõe uma percepção necessária para que se estabeleça a democracia nas escolas públicas. Diz ele:

À escola não faz falta um chefe, ou um burocrata; à escola faz falta um colaborador, alguém que, embora tenha atribuições, compromissos e responsabilidades diante do Estado, não esteja apenas atrelado ao seu poder e colocado acima dos demais. Para que isso aconteça, é preciso pensar na substituição do atual diretor por um Coordenador Geral de Escola que não seja o único detentor da autoridade, mas que esta seja distribuída, junto com a responsabilidade que lhe é inerente, entre todos os membros da equipe escolar.” (PARO, 1994, p.446)

Os aspectos administrativos ocupam grande parte do tempo escolar, tempo este de suma importância para o trabalho pedagógico. Além disso, a estabilidade provocada pelo cargo público acarreta problemas ainda maiores no que diz respeito à qualidade. Algumas ações vêm sendo feitas pela própria PBH na tentativa de otimizar o tempo dos gestores para que o trabalho pedagógico tenha prioridade. A criação do cargo de gestor administrativo-financeiro foi uma delas.

Entretanto, só isso não é suficiente. Retomando o que sustenta Paro, distribuir a responsabilidade junto com a autoridade é fundamental. Neste sentido, algumas ações internas também estão sendo desenvolvidas: distribuição de algumas tarefas entre os funcionários, de acordo com as habilidades de cada um; promoção do intercâmbio entre professores e monitores do Programa Escola Integrada para aprimorar e ampliar as atividades com os alunos; fortalecimento do Colegiado Escolar, alternando os horários das reuniões para que todos possam participar (mesmo que alternadamente) e valorizando ideias e parcerias de todos os membros, principalmente dos alunos que, pela primeira vez, vêm tendo uma participação ativa e questionadora.

Porém, como em toda instituição de grande porte, nem tudo são consensos. Alguns segmentos têm apresentado problemas a partir da mudança de postura, de mais autoritária para mais democrática, o que vem trazendo alguns choques entre os componentes. É o caso do grupo de funcionários da limpeza. Alguns compreenderam a nova proposta e devido, talvez, ao perfil pessoal e profissional, abraçaram a causa e demonstram autonomia em suas tarefas. Outros, entretanto,

não se adaptaram e acusam aos demais de estarem “querendo aparecer”, quando estes tomam iniciativas sem esperar algum comando. De acordo com Artemis Torres e Lindalva Garske (2000), este comportamento revela um processo de adaptação por que passam os grupos quando se propõem mudanças que abalam a zona de conforto. Principalmente nas esferas que não têm, na escola, esse sentimento de pertencimento. Em outras palavras encontramos dificuldades presentes no próprio processo de gestão democrática na escola. As autoras descrevem certas características presentes na sociedade brasileira que vai ao encontro da minha percepção:

Neste momento, focalizamos o primeiro tipo de dificuldade, que se encontra relacionada com a convivência contraditória de duas posturas distintas: uma, autoritária, refletindo o *modusvivendi* da sociedade brasileira, originária de uma tradição cultural escravocrata e classista; outra, democrática, que ensaia ainda seus primeiros passos e, como todas as práticas inaugurais, cheia de ilusões ingênuas sobre seu próprio poder de mudança. (TORRES e GARSKE, 2000,p.61)

No caso dos professores, que são todos concursados, o agravante é o aspecto institucional. A garantia de estabilidade proporcionada pelo regime gera algumas posturas que, se de modo algum justificam, pelo menos explicam alguns fenômenos. Professores mais antigos, em vias de se aposentar, que não se dispõem a modificar suas práticas e têm dificuldade em aceitar as mudanças de comportamento dos alunos atuais; professores mais novos segundo concursos mais recentes aparentam não perceber na sua função de professor uma profissão, mas sim, um cargo.

Se, por um lado, a direção é escolhida através de voto, por outro, os que assumem as funções de diretor e vice-diretor continuam sendo professores e, como tal, colegas de trabalho de todo o grupo. Acrescentando mais um ponto, as Gerências e a própria Secretaria de Educação exigem da direção da escola uma postura hierarquizada e, ao mesmo tempo, impõem certas ações.

Esbarramos, então, em outra questão ainda mais conflituosa: Como exercer a horizontalidade numa relação hierarquizada? Utilizamos novamente as palavras de Lück (2000) como argumento. Segundo ela,

[é] possível afirmar que, tendo em vista o momento de transição entre esses dois enfoques [estático e dinâmico], a escola se defronta muitas vezes,

ainda, com um sistema contraditório em que as forças de tutela ainda se fazem presentes, ao mesmo tempo em que os espaços de abertura são criados, e a escola é instigada a assumir ações para as quais ainda não desenvolveu a competência necessária. Portanto, a escola e seus dirigentes se defrontam com a necessidade de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes para o que não dispõem mais de modelos e sim de concepções. (LÜCK, 2000, pp.14-15)

Estabelecendo um paralelo com o trabalho desenvolvido na EMCLS, cujo PPP encontra-se anexo a este documento, vemos, como uma das metas a seguir, o exemplo de “democratização das relações de trabalho, tendo na ‘pedagogia dialógica’ sua principal ferramenta para enfrentar oposições de interesses.” Se o foco do trabalho da referida escola é mais direcionado, no sentido de que seu público único é o da Educação de Jovens e Adultos, a multiplicidade que permeia as relações mostra-se tão abrangente como em qualquer outra instituição escolar. Deste modo, torna-se pertinente a utilização da experiência vivenciada pela comunidade da EMCLS no processo de democratização da EMMR. Segundo ela,

[a] participação é um requisito essencial para o exercício da democracia; daí a necessidade de se investir em grupos de conversações com professores, alunos, funcionários e servidores, família e segmentos sociais. São grupos que se reúnem esporadicamente (sem data previamente estabelecida) para tratar de assuntos de interesse da comunidade escolar, independente do papel que ocupam na escola. (Anexo, p.41)

As ações que vêm sendo implantadas atualmente na EMMR não têm apresentado um resultado satisfatório, tanto no que se refere às relações (sejam elas profissionais ou pessoais) quanto na qualidade do trabalho pedagógico. Faz-se necessário, portanto, uma mudança de postura da gestão no sentido de conduzir o grupo a uma proposta mais unificada.

## **2. REFLEXOS DA FALTA DE UM PROJETO COLETIVO EM UMA GESTÃO QUE SE PRETENDE DEMOCRÁTICA**

A realidade brasileira é marcada por desigualdades sociais e econômicas e isto interfere nos objetivos educacionais. Neste sentido é relevante identificar a relação de lutas de classes que são operadas em vários segmentos da sociedade. Para isto, destacamos uma percepção dos autores Oliveira, Moraes e Dourado, quando afirmam que

[...] na forma como se opera o modo de produção capitalista, a sociedade não se apresenta enquanto totalidade, mas é compreendida a partir de diversos fatores que interagem entre si e se sobrepõem de forma isolada. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2007, p.3)

Sendo assim, e de acordo com o autor João Ferreira Oliveira (OLIVEIRA et al, 2007), a escola é um “espaço contraditório”. Entendemos ser um espaço que abrange diferentes ideias e ideais, está vinculada a um sistema educacional que se diz público e, ao mesmo tempo, trabalha na lógica hierarquizada do capitalismo.

Um dos objetivos fundamentais da escola, segundo Lima, é “garantir a continuidade da espécie, socializando para as novas gerações as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade.” (LIMA, 2008, p.9) Cabe a ela, portanto, ser o espaço privilegiado de divulgação de conhecimento. Mas não apenas isso. A escola é responsável por desenvolver e/ou suscitar em seus alunos as habilidades necessárias para que esse conhecimento seja utilizado por e para si próprio, assim como para a sociedade como um todo.

Basicamente, o papel da escola (através do professor) é desenvolver as capacidades dos alunos e divulgar a cultura histórica, sem deixar que isso se dê de modo descontextualizado. Ou seja, a cultura do aluno e da comunidade em que a escola está inserida deve ser respeitada e contextualizada no processo histórico-sócio-econômico da cidade, do Estado, do país e do mundo. Além disso, a postura ética e cidadã deve permear todas as relações.

Para que seja realmente democrática a escola precisa estar atenta a seu papel político (que no nosso país tem sido confundido com partidário). De acordo com Oliveira, Moraes e Dourado (2007), um dos pontos cruciais refere-se à visão e à prática do trabalho pedagógico. Trata-se da diferença entre ser regente e ser docente. Para explicar a diferença, os autores valem-se de dois conceitos fundamentais: a globalidade e a dinamicidade.

Se a educação tem como objetivo maior desenvolver o humano de cada indivíduo e difundir e manter o conhecimento historicamente produzido, a escola pública tem o importante papel de tornar isso possível a todos, sem exceção. Infelizmente, não é o que vem ocorrendo na prática da EMMR, principalmente quando o tema é o trabalho pedagógico, reflexo do currículo escolar.

## 2.1. Currículo

Quando se trata de currículo, algumas questões interferem no processo de elaboração. A relação que se estabelece neste ponto do texto é compreender a importância da atuação do gestor na implantação de um currículo inclusivo. Sendo assim, segundo a ótica dos autores,

[...] a democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola [...] no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.” (OLIVEIRA, MORAES E DOURADO,2007, p.4)

Partindo deste olhar, cabe destacar que desde a elaboração de seu primeiro (e único) Projeto Político-Pedagógico, em 1997, a Escola Municipal Murilo Rubião vem ampliando seu quadro de abrangência, tanto de alunos quanto, conseqüentemente, de docentes. Durante algum tempo, este último manteve-se bastante estável, e a escola podia ser considerada como uma unidade. Cada grupo de professores responsável por aquele determinado número de turmas mantinha uma interlocução que era garantida durante o horário de trabalho, sem prejudicar o direito do aluno. Do mesmo modo, havia encontros semanais que possibilitavam as discussões e a unificação linear.

Novas propostas foram sendo implantadas na Rede Municipal e todo esse processo sofreu modificações, grande parte delas prejudiciais ao trabalho pedagógico da EMMR. Além disso, as constantes alterações no quadro de professores (devido a aposentadorias, transferências, etc.) fizeram com que a escola perdesse sua identidade. Partindo do pressuposto de que a escola exerce uma função social, como já mencionamos anteriormente, e que, ao mesmo tempo em que influencia é influenciada pela sociedade, a elaboração de seu currículo deveria seguir critérios democráticos, contando com a participação dos vários setores da comunidade escolar. Entretanto, muitos aspectos vêm se interpondo nessa relação.

Ao analisarmos a atual composição docente da EMMR nos deparamos com uma grande dicotomia entre objetivos e ações. Temos professores que veem a escola como um espaço de preparação do aluno para avaliações. Junto a eles,

estão as listas dos conteúdos a serem transmitidos. Com base nessa lógica, a máxima do “conhecimento realmente útil” disseminada no século XIX vigora até hoje para grande parte dos que compõem o corpo discente da referida unidade escolar, principalmente do 3º ciclo.

Em contrapartida, há outros que defendem a escola como espaço que deve possibilitar ao aluno o seu desenvolvimento pessoal, sua autonomia, e atender a seus interesses próprios. Como elaborar o currículo de uma escola contemplando essas duas vertentes?

Elvira Souza Lima (2008, p. 18) defende que “[u]m currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas”. Ainda neste sentido ela destaca que o currículo deve, portanto, ser “situado historicamente”, introduzir “sempre novos conhecimentos”, promover a “inclusão de todos”, “formar a pessoa para situar-se, inclusive, como membro de um grupo” ((2008, p.20-1).

Sendo assim, a elaboração do currículo demanda tempo e participação de todos os envolvidos. Parafraseando a Professora Rosimar de Fátima Oliveira (2014), viver a gestão democrática na escola pressupõe horizontalidade<sup>3</sup>. “É necessário haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o Conselho Escolar, crie um ambiente propício, que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.”

Conforme ressalta Cury (2006,p.17), “o fim da escola pública, pela qual ela nasceu e se transformou em direito é o direito do aluno ao conhecimento, explicitado no inciso III do artigo 13 da LDB”.Sendo assim, nada mais pertinente do que propiciar à comunidade escolar a participação nas questões que se referem ao currículo. Currículo esse que irá interferir diretamente em cada um dos membros que fazem parte da EM Murilo Rubião. Trata-se de pensar, então, como tornar isso possível.

## **2.2. Delineando caminhos para a construção do currículo na escola**

Ao elaborar o currículo da unidade escolar, alguns aspectos legais devem ser seguidos, independente do contexto. Outros, que compõem a parte diversificada, têm maior autonomia na sua escolha, o que possibilita valorizar os regionalismos e as questões atuais de cada realidade.

Segundo Michael Young (2007), ao se elaborar o currículo de uma escola, algumas questões devem ser levadas em consideração e, de acordo com a nossa proposta, discutidas com o grupo: para que servem as escolas, que conhecimentos devem fazer parte do currículo e como esse conhecimento deve chegar aos alunos. Além disso, para ele as escolas devem se preocupar (e se ocupar) com o fato de que “elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade [...]” (YOUNG, 2007, p.1.293-4)

Lauro Wittmann define com clareza as bases para o currículo que consideramos oportuno. Para ele,

[...] as atividades a serem desenvolvidas, as temáticas e os métodos deverão ser definidos a partir das demandas e exigências da aprendizagem e não da ensinagem. Isto significa, de um lado, que a escola, o *locus* da aprendizagem é o centro do sistema educativo e exige, de outro lado, relações intersubjetivas, co-responsabilidade, compromisso coletivo e compartilhamento. Portanto, autonomia da escola e gestão democrática são duas dimensões indissociáveis e inalienáveis na construção de uma prática educativa de qualidade. (WITTMANN, p.91)

Sendo assim, não se trata de reunir os professores, sejam eles de 1º, 2º ou 3º ciclo, de disciplinas isoladas ou em uma proposta interdisciplinar, se não houver espaço para ouvir os alunos e suas famílias. Não se trata de manter o modelo estático em que somente os professores (e antes deles os Secretários de Educação) se sentiam gabaritados para definir as metas, os parâmetros e os caminhos da educação. A autora Elba Barreto centraliza esse pensamento em uma frase quando afirma que “[u]ma escola distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a frequentam.” (BARRETO, s/d, p.2)

---

<sup>3</sup> Aspecto tratado pela Professora Rosimar de Fátima Oliveira na aula presencial do curso de gestores da Escola de Gestores da UFMG nesta universidade, em outubro de 2014.

Como consequências desta prática temos o alto índice de indisciplina e os baixos resultados apresentados pelos alunos. Cabe perguntar para quem e para quê a escola está formada? Novamente AZEVEDO (2005, p.4) nos auxilia na percepção de que “a dimensão social e a dimensão política constituem dimensões inseparáveis das ações educativas”.

Reforçando essa mesma linha de pensamento, Moacir Gadotti abrange os aspectos essenciais na formação do ser humano da nova sociedade e que servem como base para uma proposta de currículo que se aproxima do ideal. No qual afirma que

[...]a sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem. As consequências para a escola, para o professor para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância. (GADOTTI, 2003, p.15)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste momento é oportuno descrever que uma análise crítica sobre a colaboração da gestão democrática na elaboração do currículo da Escola Municipal Murilo Rubião cujo foco no aluno, suas necessidades e interesses requer um exercício árduo de distanciamento que parece quase inalcançável. Por outro lado, identificar avanços, lacunas e possibilidades no ato da gestão democrática requer um exercício cotidiano. Além disto, perceber que a falta de um projeto único, que implique a comunidade escolar como um todo, reflete na prática democrática da gestão, especialmente uma atenção no currículo, nas práticas pedagógicas. Se por um lado tal aspecto torna-se negativo, por outro ele deve ser encarado como processo de aprendizagem em que o envolvimento de todos faz-se necessário. A transição entre um modelo de gestão em que toda a responsabilidade do processo recai sobre os gestores e os integrantes de gerências e secretarias para um modelo em que a responsabilidade sobre o sucesso ou o fracasso depende de toda a comunidade escolar requer muito estudo, discussão e trabalho conjunto.

A mudança de consciência implica o reconhecimento desse fator pelos participantes do processo escolar, de sua compreensão ao seu papel em relação ao todo, uma vez que, como lembra Peter Senge (1993, p. 29), **quando os membros de uma organização concentram-se apenas em sua função, eles não se sentem responsáveis pelos resultados.** E essa percepção setorizada tem sido a responsável pelo fracionamento e dissociação das ações escolares e conseqüente diluição do seu trabalho e dos seus efeitos. Todos estão lembrados dos esforços despendidos por inúmeros sistemas de ensino, no sentido de definir e delimitar papéis e funções de profissionais da escola, em vez de descrever suas **responsabilidades por resultados.** (LÜCK, 2000, p.16. Grifo nosso)

Concluimos, portanto, que a mudança a ser realizada na EMMR passa pela transformação do foco, uma atenção especial no âmbito curricular. É preciso rever as funções e as atividades, deve-se buscar um objetivo maior, comum a todos, que seja reflexo do projeto escolar. Nesse sentido, o envolvimento da gestão escolar é imprescindível. Cabe a ela promover momentos de discussão entre os diversos integrantes da comunidade escolar para que se chegue a um projeto democrático de educação, considerando as múltiplas facetas que a compõem, promovendo, assim, a real inclusão de seus membros no processo. Acolher e tornar alunos e famílias, principalmente, protagonistas do projeto escolar é, portanto, o maior desafio e a maior prova de que a escola tornou-se democrática e pública, no sentido mais sublime dos termos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Doninha de [et al]. “Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político-Pedagógico” in Revista **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.35-46, fev./jun. 2000. Disponível em:[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31559/Educacao\\_e\\_Gestao\\_Descentralizada\\_Antonio\\_Cabral\\_Neto\\_e\\_Maria\\_Doninha\\_de\\_Almeida.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31559/Educacao_e_Gestao_Descentralizada_Antonio_Cabral_Neto_e_Maria_Doninha_de_Almeida.pdf)Acesso em: 29/06/2014.

AZEVEDO, J. M. L.. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. **Jornal do Professor**. Home Page da TVE, v. 1, n.1, p. 1-5, 2005. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31571/O\\_projeto\\_politico-pedagogico\\_no\\_contexto\\_da\\_gestao\\_escolar\\_-\\_Janete\\_Maria\\_Lins\\_de\\_Azevedo.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31571/O_projeto_politico-pedagogico_no_contexto_da_gestao_escolar_-_Janete_Maria_Lins_de_Azevedo.pdf) Acesso em: 29/06/2014.

BARRETO, Elba S. S., **A participação na escola**: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.s/d. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33488/A\\_participacao\\_na\\_escola\\_Elba\\_Siqueira\\_de\\_Sa\\_Barreto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33488/A_participacao_na_escola_Elba_Siqueira_de_Sa_Barreto.pdf) Acesso em: 13/02/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Político Pedagógico da escola**: Dimensões conceituais e metodológicas. Disponível em: [http://escoladegestores.virtual.ufc.br/unidadel/projeto\\_politico.html](http://escoladegestores.virtual.ufc.br/unidadel/projeto_politico.html) Acesso em: 10/01/2015.

CURY, C. R. Jamil. O direito à educação: um campo de atuação do gestor. Brasília. Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31600/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31600/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury.pdf) Acesso em: 27/04/2014.

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EMCLS, 1992 (Documento de circulação interna).

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES.**Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EMCLS, 1999 (Documento de circulação interna).

ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EMMR, 1997 (Documento de circulação interna).

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo. Ed. Feevale, 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/boniteza.pdf> Acesso em: 27/03/2015.

LIMA, Elvira Souza. Indagações sobre currículo. Currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LÜCK, Heloísa. "Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores". **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.11-33, fev/jun. 2000. Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33502/Gestao\\_escolar\\_e\\_formacao\\_de\\_gestores\\_Em\\_aberto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33502/Gestao_escolar_e_formacao_de_gestores_Em_aberto.pdf) Acesso em: 30/05/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica.

**Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública.** Brasília: DF, 2004 Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31553/Conselho\\_escolar\\_Estrategias\\_de\\_gestao\\_democratica\\_MEC.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31553/Conselho_escolar_Estrategias_de_gestao_democratica_MEC.pdf) Acesso em: 30/05/2014.

MOREIRA, Antônio F.B. e CANDAU, Vera M. **Indagações sobre currículo.** Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio F.B. **O campo do currículo no Brasil:** os anos noventa. Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31567/O\\_campo\\_do\\_curriculo\\_no\\_Brasil\\_Antonio\\_Flavio\\_Barbosa\\_Moreira.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31567/O_campo_do_curriculo_no_Brasil_Antonio_Flavio_Barbosa_Moreira.pdf) Acesso em: 16/08/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; e DOURADO, Luiz Fernandes. Função social da educação e da escola. 2007. Disponível em:

[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/saibamais\\_8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf) Acesso em: 27/02/2015.

\_\_\_\_\_. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática.** Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao\\_da\\_Educacao\\_Escolar\\_no\\_Brasil\\_na\\_Perspectiva\\_da\\_Gestao\\_Democratica\\_Joao\\_Ferreira\\_de\\_Oliveira\\_Karine\\_Nunes\\_de\\_Moraes\\_Luiz\\_Fernandes\\_Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao_da_Educacao_Escolar_no_Brasil_na_Perspectiva_da_Gestao_Democratica_Joao_Ferreira_de_Oliveira_Karine_Nunes_de_Moraes_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf). Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Gestão Escolar Democrática.** Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36502/Gestao\\_Escolar\\_Democratica\\_Joao\\_Ferreira\\_de\\_Oliveira\\_Karine\\_Nunes\\_de\\_Moraes\\_Luiz\\_Fernandes\\_Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36502/Gestao_Escolar_Democratica_Joao_Ferreira_de_Oliveira_Karine_Nunes_de_Moraes_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf) Acesso em: 15/08/2014.

OLIVEIRA, João F. . A construção coletiva do Projeto político-pedagógico da escola.

**Salto para o futuro.** Brasília, v. 1, n.1, p. 1-3, 2005. Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31588/A\\_construcao\\_coletiva\\_do\\_projeto\\_politico-pedagogico\\_PPP\\_da\\_escola.\\_-\\_OLIVEIRA\\_Joao\\_Ferreira\\_de.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31588/A_construcao_coletiva_do_projeto_politico-pedagogico_PPP_da_escola._-_OLIVEIRA_Joao_Ferreira_de.pdf) Acesso em: 30/04/2014.

PARO, Vítor H., **Gestão da Escola Pública: alguns fundamentos.** 1994. Disponível em:

<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/521/532> Acesso em: 12/01/2015.

PLATT, A. D., ABRAHÃO, L.T. S. **Gestão escolar, currículo e PPP**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31595/Gestao\\_escolar\\_curriculo\\_e\\_PPP\\_Adreana\\_Dulcina\\_Platt\\_Luana\\_Tamara\\_dos\\_Santos\\_Abr\\_ahao.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31595/Gestao_escolar_curriculo_e_PPP_Adreana_Dulcina_Platt_Luana_Tamara_dos_Santos_Abr_ahao.pdf) Acesso em: 13/01/2015.

Portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt\\_BR&pg=5564&tax=7443](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt_BR&pg=5564&tax=7443) Acesso em: 28/06/2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013

SAVIANI, Dermeval. **Escola: Dominação ou Transformação?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwBI6BOr8jo> Acesso em: 15/04/2014.

SOUZA, A. Ricardo de et al., “Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola” em **Planejamento e trabalho coletivo**. Caderno I, Col. Gestão e Avaliação da Escola Pública. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, p.15-22. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31592/Caminhos\\_oss\\_ossiveis\\_na\\_construcao\\_da\\_gestao\\_democratica\\_da\\_escola.\\_SOUZA\\_Angelo\\_Ricardo\\_de\\_et\\_al.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31592/Caminhos_possiveis_na_construcao_da_gestao_democratica_da_escola._SOUZA_Angelo_Ricardo_de_et_al.pdf) Acesso em: 25/03/2014.

\_\_\_\_\_. “Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição” in **Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, p.32-38.42p. –(Gestão e avaliação da escola pública; 4).

TORRES, A., GARSKE, L. Diretores de Escola: o desacerto com a democracia. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.60-70, fev/jun. 2000. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31561/Gestao\\_escolar\\_e\\_formacao\\_de\\_gestores\\_Em\\_aberto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31561/Gestao_escolar_e_formacao_de_gestores_Em_aberto.pdf) Acesso em: 28/04/2015.

WITTMANN, Lauro C. Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.88-96, fev/jun. 2000. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31561/Gestao\\_escolar\\_e\\_formacao\\_de\\_gestores\\_Em\\_aberto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4621/5576/31561/Gestao_escolar_e_formacao_de_gestores_Em_aberto.pdf) Acesso em: 28/04/2015.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf> Acesso em 11/01/15

**ANEXO:**  
**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL**  
**CAIO LÍBANO SOARES**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES**

**GIOVANNA DE MELLO SALDANHA  
LUCIENE MARIA DE ASSIS RODRIGUES  
OTACÍLIO JOSÉ RIBEIRO  
VALÉRIA RODRIGUES DA COSTA**

**BELO HORIZONTE - MG**

**2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Escola de Gestores da Educação Básica – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ariadialana Ferreira.

**BELO HORIZONTE – MG**

**2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	7
2.2 Estrutura Organizacional Financeira .....	8
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	8
3. CURRÍCULO ESCOLAR .....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	13
4.1 Organização e duração do curso .....	13
4.2 Corpo docente .....	14
4.3 Carga horária do aluno e frequência .....	14
4.4 Espaços físicos e sua utilização .....	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	16
5.1 Direção e Coordenação Pedagógica .....	16
5.2 Conselhos de Classe e Conselho de Turma .....	17
5.3 Conselho Escolar e Assembleia Escolar .....	17
5.4 Secretaria Escolar .....	18
5.5 Caixa Escolar .....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	20
7. AVALIAÇÃO ESCOLAR .....	21
7.1 Concepção, processo e instrumentos de avaliação .....	21
7.2 Avaliação do projeto, do corpo docente e da escola .....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS .....	27

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional especialmente pensada para uma parcela da população que não se define apenas pelo recorte cronológico da juventude ou da vida adulta, mas por características socioculturais que tornam essas pessoas demandatárias de uma proposta política e pedagógica diferenciada (BELO HORIZONTE, 2012).

Reportando-se às especificidades do público da Educação de Jovens e Adultos - EJA e aos propósitos de identificação de habilidades e de construção de capacidades para a transformação desses sujeitos em atores sociais qualificados, é coerente considerar a EJA dentro de uma lógica não segmentada, que concatene Ensino Fundamental e Ensino Médio em uma única estrutura de Educação Básica. Na avaliação de diferentes instâncias que definem a conclusão do Ensino Médio como escolarização mínima, contribuindo para a superação da exclusão das classes menos favorecidas da população, justifica-se o entendimento da EJA como um processo único, harmônico e integrado em suas partes (ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES, 2014).

Partindo-se destas premissas apresenta-se, aqui, a Escola Municipal Caio Líbano Soares (EMCLS). A EMCLS é uma unidade pública, sem fins lucrativos, integrante da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, situada à Rua Carangola, 288 – 5º. e 6º. andares – Bairro Santo Antônio – Belo Horizonte – MG.

Criada em setembro de 1991, iniciou sua atuação com 20 turmas oferecidas somente no período noturno, atendendo adultos (principalmente funcionários da PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) e da FHEMIG (Fundação Hospitalar de Minas Gerais). Em 1993 ingressaram os primeiros alunos menores, o que provocou o aumento das discussões acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no contexto da escola. No ano seguinte, a escola passou a funcionar nos três turnos e ampliou sua atuação para o Ensino Médio.

A partir de 2001 a escola passou a lidar também com alunos portadores de necessidades especiais, o que trouxe a discussão sobre metodologia, comportamento e adequação do trabalho aos novos alunos.

Atualmente, a escola tem três horários de funcionamento – manhã, tarde e noite – oferecendo a Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental ao

Médio. Neste ano de 2014, especificamente, a população escolar está formada por um público bastante jovem. Cerca de sessenta por cento dos alunos têm idade inferior a vinte e cinco anos. Aproximadamente vinte e dois por cento dos alunos se concentram na faixa de vinte e cinco a quarenta anos e dezesseis por cento dos alunos estão acima de 40 anos.

Além disso, a escola oferece escolarização de Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a fiéis, trabalhadores e pessoas da comunidade do entorno da Igreja Universal do Reino de Deus da Avenida Olegário Maciel, centro de Belo Horizonte. São duas turmas (uma à tarde e outra à noite), multisseriadas, com um único docente. O acolhimento desses alunos faz parte do projeto institucional "Turmas Externas" da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). O público atendido na Igreja Universal é constituído de fiéis da igreja, embora seja aberto à comunidade. São alunos no processo de alfabetização, e alguns poucos em processo de certificação. Nesse grupo não há menores, só alunos idosos ou com limitações. Na perspectiva do atendimento ao direito à educação, a escola está sempre aberta a novas parcerias para acolhimento de novas turmas.

Embora situada no Bairro Santo Antônio, a EMCLS não atende aquela população e sim trabalhadores da região Centro-Sul de Belo Horizonte, que vêm de diferentes lugares da cidade, inclusive da região metropolitana, além de moradores dos aglomerados vizinhos, tais como Serra, Morro do Papagaio, Vila Santa Lúcia, Morro das Pedras, Acaba Mundo, São Lucas e Taquaril.

Há uma grande flutuação de alunos na EJA, por motivos diversos: desde as questões de trabalho, de saúde, familiares e, também (principalmente no caso dos mais jovens), pouca adesão aos princípios escolares. Este é um problema que vem sendo estudado pelos integrantes da escola e por outros interessados no âmbito de pesquisa, que buscam propor políticas públicas de melhor atendimento desta população. A quantidade de alunos da EMCLS varia durante o ano entre 700 e 1.000 alunos. Nos períodos iniciais do ano chega-se a ter 1.400 matrículas. No decorrer do ano, devido à rotatividade própria do alunado da EJA, a população escolar apresenta períodos de maior redução, tais como empregos temporários de final de ano, férias e recessos escolares, caracterizando uma grande flutuação.

O público que busca a EMCLS é formado por jovens, adultos e idosos, pais e mães responsáveis diretos pela manutenção de seus domicílios ou filhos que

assumem responsabilidades com a manutenção da família. Esses sujeitos buscam a EJA como início ou reinício de uma trajetória de escolarização até então não vivenciada. De modo geral, os alunos de EJA desta Escola vinculam-se aos setores menos favorecidos da sociedade, vivenciando, cotidianamente, situações de exclusão.

A esse público, somam-se adolescentes com idade entre 15 e 18 anos, que não encontram acolhida nas escolas regulares, em função da disparidade idade-tempo escolar, ou em decorrência de posturas inadequadas. É comum a esse público adolescente apresentar uma trajetória escolar extremamente complicada e, em muitos casos, revelar uma valoração negativa da instituição escolar. Entre eles, não são raras as situações de envolvimento em ações tradicionalmente vinculadas à noção de conflitos com a lei, aqui incluídos os alunos encaminhados pelos programas de proteção social e de acompanhamento de infratores.

Para o trabalho docente, são 44 profissionais com formação em Nível Superior completo, todos com o título de Especialização; registram-se cinco títulos de mestre e dois doutores em educação.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação escolar contemporânea vem exigindo, cada vez mais, que os processos, vivências e saberes que se realizam no interior da escola sejam sistematizados e organizados no sentido de possibilitar a criação de propostas efetivas para a realização do trabalho escolar (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, a elaboração de uma proposta pedagógica para a EJA deve considerar as peculiaridades que caracterizam essa modalidade de Educação Básica. Portanto, o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da EMCLS objetiva a construção de diretrizes para um trabalho pedagógico adequado à realidade social, considerando o perfil do público atendido pela Escola e os parâmetros legais que organizam a EJA. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n.º 9.394, de 1996, nos seus artigos 37º e 38º:

**Art. 37º** - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

**Art. 38º** - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

A EMCLS entende que os educandos da EJA devem ser reconhecidos como sujeitos plenos, cidadãos portadores de direitos que lhes são atribuídos, pelo sentido de pertencimento a uma sociedade que se quer fundada nos princípios da democracia, do desenvolvimento social e do progresso humano. São sujeitos sociais concretos, com uma história de vida tecida nas relações familiares, nos grupos mais amplos de convivência e relação, nas condições de acesso aos bens culturais, sociais e materiais, que ajudam a dar forma e conteúdo à sociedade. São também sujeitos de cognição e corporeidade, portadores de cultura, valores, competências, conhecimentos, vivências e expectativas em relação à sociedade à qual se vinculam.

Esses alunos escolhem a EMCLS por vários motivos: como parte de um projeto pessoal de desenvolvimento, como meio de valorização social e ampliação de espaços de convivência ou, ainda, na expectativa de melhores oportunidades de acesso ao trabalho e de ascensão profissional. São diversos não apenas na idade e vivências que lhes são próprias, mas, também, no que diz respeito aos interesses e às formas de perceberem o ambiente escolar.

Para tal, a E.M. Caio Líbano se propõe a auxiliar seu aluno em sua inserção no mercado de trabalho, ampliando suas possibilidades de obtenção de renda, diminuindo a discriminação e a vulnerabilidade econômica. Nesse âmbito, busca parcerias que possibilitem novas frentes de capacitação para o mercado de trabalho.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A EMCLS compartilha os espaços do Centro Educacional Professor Arthur Versiani Veloso, complexo que, além da E.M. Caio Líbano, abriga a E.M. Santo Antônio (EMSA), a Biblioteca Infantil da Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Educação e todos os setores e gerências da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Trata-se de uma edificação antiga, de oito andares e subsolo que, até o final dos anos oitenta, abrigou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. As instalações físicas da escola estão distribuídas conforme quadro I – EMCLS: Instalações Físicas, a seguir.

**Quadro I – EMCLS: Instalações Físicas**

5º. Andar	6º. Andar
21 salas de aula, com área média de 36 m <sup>2</sup> ; Sala da coordenação pedagógica; Sala de auxiliares de serviços gerais e porteiros; Banheiro masculino e feminino; Laboratório de ciências e aulas práticas; Sala de artes; Cozinha pedagógica; Dois almoxarifados.	Secretaria escolar; Mecanografia; Caixa escolar; Sala de vídeo; Laboratório de informática; Direção; Biblioteca escolar; Sala de professores incluindo lavabos - masculino e feminino; Sala de informática dos professores e funcionários.

Além dessas dependências, a escola compartilha com as demais instâncias do Centro Educacional Professor Arthur Versiani Velloso (CEPAVV), os espaços da cantina e refeitório de alunos, e ainda dois auditórios, dois anfiteatros, ginásio coberto e quadra externa para práticas educativas, esportivas e recreativas.

A EMCLS tem demandado contínua construção e preservação de espaços de trabalho acolhedores e bem equipados, que favoreçam o trabalho docente e o processo de aprendizagem e socialização inerentes à ação escolar. A adequação do espaço físico e dos equipamentos às características próprias do alunado, inclusive

daqueles com necessidades educativas especiais, pauta a ação dos gestores municipais e dos profissionais que atuam na instituição.

A escola está equipada com móveis e equipamentos fornecidos pela SMED, todos novos ou em bom estado de conservação. Os espaços da sala de vídeo e auditório estão equipados com equipamentos multimídia: televisão, aparelhos de som e de DVD e Datashow. O Laboratório de informática tem 20 computadores com internet banda larga e dois auxiliares de informática, que atendem os três turnos. Além dele, uma sala de informática anexa à sala dos professores para uso exclusivo dos professores, com cinco computadores. O acervo da biblioteca, sempre renovado, consta de títulos variados, gibiteca, revistas diversas e jornais diários. Parte deste acervo vem diretamente da PBH ou do Governo Federal (através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE), por meio de assinaturas. A sala de artes conta com recursos financeiros da subvenção regular (SMED) para sua manutenção.

## **2.2 Estrutura Organizacional Financeira**

Desde o ano de 2013 a PBH criou o cargo de Gestor Escolar como cargo efetivo. Para tanto, realizou um concurso interno entre os servidores que se interessassem pelo cargo e, após seleção, capacitou-os para que assumissem a responsabilidade pela parte financeira de cada unidade escolar. A partir de então, todos os orçamentos, compras, depósitos, saldos bancários, pagamentos e afins, são por ele realizados e organizados em pastas para prestação de contas junto ao setor da SMED responsável pelas finanças das Caixas Escolares.

## **2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A escola deve viabilizar o acesso e a permanência do aluno, independentemente de ser ele alfabetizado ou não, de sua experiência escolar anterior, da apresentação do histórico escolar, ficando o discente, se necessário, sujeito à classificação, conforme previsto no artigo 24º da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

Desse modo, na escola EMCLS o ingresso dos alunos e a certificação podem ocorrer em qualquer época do ano, possibilitando que o aluno possa recuperar o tempo perdido, desde que respeitado o limite mínimo de carga horária cumprida

(240h) e as habilidades e competências desenvolvidas e demonstradas. Assim, o aluno é protagonista de seu processo, cabendo a ele administrar seu tempo entre vida pessoal, laboral e escolar, definindo seus objetivos e cumprindo suas próprias metas.

O ingresso apresenta características distintas, de acordo com a idade, a história e a bagagem cultural de cada um. No caso dos alunos menores de idade, deve contar com a autorização de algum responsável maior de idade (pai, mãe ou outro responsável legal). Além disso, alguns documentos básicos, o histórico escolar e o limite mínimo de 15 anos para o fundamental e 18 anos para o ensino médio.

No caso dos adultos, além da avaliação quantitativa, o aluno passa por um período de avaliação qualitativo, no qual o(s) professor(es) tem (têm) a oportunidade de conhecer um pouco sobre a trajetória escolar (caso haja), o interesse, a necessidade e algumas de suas habilidades/capacidades. O ingresso não respeita prioritariamente ao critério de jurisdição quanto ao endereço domiciliar, como na grande maioria das escolas da RMBH, devido à especificidade da EJA, pois muitos são indivíduos que trabalham nos bairros limítrofes ou na região central da cidade.

A enturmação dos estudantes acontece de acordo com sua trajetória e experiência escolar, além das avaliações diagnósticas. Após o período de acolhimento e avaliação, os alunos são agrupados de modo que melhor atenda sua vivência e necessidades. Este trabalho é uma atribuição dos professores, dos coordenadores e da direção escolar, que se reúnem semanalmente nos horários e tempos previstos para o planejamento das atividades pedagógicas. Todo o trabalho está pautado e ancorado em temas geradores, privilegiando a vivência dos sujeitos jovens e adultos e contemplam as questões do mundo do trabalho, da participação cidadã, da identidade e do projeto de vida do estudante, sempre atrelados às áreas do conhecimento.

No que se referem às ausências, os motivos devem ser apurados; os períodos devem ser flexibilizados para os alunos que precisem se afastar por motivo de trabalho, saúde, maternidade, acompanhamento de filhos, desemprego e impossibilidade temporária de se deslocar até a escola, devendo, nesse caso, haver acompanhamento do processo pela coordenação pedagógica e pelo corpo docente.

Como todas as escolas da PBH, o critério de ingresso de professores na EMCLS se dá por concurso público. Os servidores são encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as demandas e necessidades de

cada unidade, sendo eles a quantidade de alunos, o horário de atendimento e a disciplina específica (quando for o caso).

A constituição da coordenação, do corpo docente e da direção da Escola orienta-se não só por critérios normativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), como também por aqueles necessários ao trabalho com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), definidos pelo coletivo da Escola e adequados a seus projetos específicos. Segundo os critérios da SMED, a direção escolar é eleita pela comunidade escolar por um período de três anos, permitindo-se uma nova candidatura ao final do mandato. A coordenação pode ser indicada pela direção. A EMCLS opta pela eleição dos coordenadores entre seus pares.

Atualmente, todos os 44 profissionais da escola possuem formação escolar com nível superior completo, todos com o título de Especialização; registram-se cinco títulos de mestre e dois doutores em educação.

Os servidores da manutenção, limpeza e cantina (22 ao todo) são contratados celetistas, via Caixa Escolar. Há um estímulo para que, aqueles que ainda não o fizeram, terminem a educação básica.

### **3. CURRÍCULO ESCOLAR**

Em novembro de 2003, o coletivo da EMCLS promoveu o seu 1º. seminário sobre a EJA, quando foram buscadas experiências de outras instituições congêneres da Rede Municipal, devidamente assessorados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, por professores do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – CAPE/Secretaria Municipal de Educação, entre outros estudiosos ligados à educação de jovens e adultos. Tal seminário foi um marco importante para a discussão, o estudo e a fundamentação que subsidiaram a reconstrução do projeto político-pedagógico, trabalho que se estendeu por todo o primeiro semestre de 2004.

O parecer CNE/CEB 11/2000 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000) proporciona o suporte teórico e legal que permeiam o trabalho da EMCLS. Ele apresenta três funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora. As funções reparadora e equalizadora da EJA instituem o princípio de igualdade de todos perante a lei, garantindo-se o acesso e a permanência escolar, principalmente dos excluídos.

A função qualificadora indica que a EJA poderia proporcionar às pessoas empregadas, sem emprego ou em ocupações subvalorizadas, um lugar de capacitação para o mundo do trabalho, considerando todas as experiências trazidas por elas.

Ao longo dos anos, então, a EMCLS encaminha sua prática dentro do tripé “Trabalho – Sustentabilidade – Patrimônio”. Permeiam esses três eixos a questão da escrita e da leitura, do mundo do trabalho e da inclusão. A cada semestre são escolhidos temas de relevância para a formação discente, que estejam em discussão na mídia e/ou que exijam novas posturas e necessidades relacionadas ao homem e ao cidadão, tais como os referentes ao mundo do trabalho, aos direitos humanos e das minorias, aos avanços tecnológicos, à problemática ambiental e sustentabilidade, dentre outros. É um “currículo sem fronteiras”, conforme aponta Lopes (2006).

Espera-se que, com o estudo dos temas referidos, os alunos da EMCLS sejam capazes de se incluir neste mundo globalizado de forma participativa e crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

É preciso destacar que a atuação da Secretaria Municipal da Educação (SMED) e de outras entidades públicas junto à EMCLS é fundamental para sua plena realização como escola inclusiva. Sabe-se que construir, cotidianamente, uma proposta de organização e atuação para a EJA implica, mais do que nunca, o reconhecimento da diversidade dos educandos e a elaboração de estratégias e espaços formadores que propiciem o acesso ao conhecimento formal, à valoração de saberes sociais, ao reconhecimento da diversidade cultural e ao estabelecimento de trocas formativas entre os educandos da Escola (DOURADO e OLIVEIRA, s/d). Este projeto é um desafio aos profissionais da educação e à instituição no sentido de não só aceitar essa diversidade, como atendê-la na expectativa de quem procura, na EJA, oportunidade de acolhimento, reconhecimento, formação e acesso ao conhecimento formal.

De forma geral, uma das competências sociais da escola é a de instrumentalizar o aluno para que possa compreender os desafios do mundo, assumindo um posicionamento crítico em relação a eles como indivíduos e cidadãos (CAVALIERE, 2007). Nesse contexto, a EJA – entendida como um direito, uma condição e uma consequência de exercício pleno da cidadania – deve garantir a seu público uma formação que permita a efetiva compreensão e inserção na ordem

social. Isso significa dizer que a modalidade deve se caracterizar por uma formação qualificada, que elimine lacunas nas aprendizagens escolares básicas e que se pautem por princípios relacionados à educação continuada.

Sem se constituir em um processo compensatório ou apenas de recuperação de um tempo perdido, deve promover naqueles a quem acolhe a afirmação da identidade e a construção de projetos de vida, promovendo nos alunos capacidades que visem a construção de capacidades para a autonomia e o desenvolvimento integral, sendo eles a resolução de conflitos, a articulação de propostas em prol da qualificação profissional e a capacitação para construir conhecimentos, lógicas e técnicas do seu interesse.

Observando o perfil do alunado da EMCLS, percebe-se que seus jovens e adultos procuram a escola principalmente focados no mercado de trabalho, seja no seu ingresso, na melhoria de condições ou na ampliação de possibilidades para se manter nele (no caso daqueles já empregados) ou na busca de novas alternativas para a geração de renda. Desse modo, as ações de qualificação social e profissional são implementadas problematizando-se o mundo do trabalho, articulando as áreas do conhecimento com as dimensões formadoras do mundo adulto, respeitando-se a diversidade de interesses e experiências dos alunos.

Algumas parcerias são firmadas levando-se em consideração as possibilidades, necessidades e interesses em cada etapa de um projeto de trabalho. Outras, como o poder público e entidades sem fins lucrativos, movimentos sociais e organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores e/ou patronais, associações de classe e empresas públicas e/ou privadas, dentre outros que apresentem projetos especiais de qualificação, dando suporte à proposta da EJA como um todo, acontecem ao longo de todo o ano.

Nessa linha de trabalho, a organização dos conhecimentos e saberes na EMCLS tem como base as dimensões curriculares formuladas pela SMED (BELO HORIZONTE, 2012) para os sujeitos jovens e adultos, contemplando: (1) Corporeidade; (2) Diversidade nas relações sociais; (3) Espaço e Cidade; (4) Expressões Artísticas; (5) Formação Cidadã; (6) Linguagens; (7) Tempo e Memória; (8) Trabalho. Essas dimensões estão articuladas com as áreas do conhecimento, a saber: Ciências Exatas e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Além das dimensões formadoras e áreas do conhecimento, estão previstas no Plano Curricular do Ensino Médio, as disciplinas obrigatórias: Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Geografia, História, Biologia, Química, Física, Arte, Literatura, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Filosofia e Sociologia. No Ensino Fundamental, as disciplinas: Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Geografia, História, Ciências, Arte, LEM (Inglês) e Informática. Todas elas disciplinas curriculares obrigatórias, conforme o Art. 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e os Art. 26 (parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º) e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - DBEN 9394/96 (BRASIL, 1996). Constitui, ainda, como conteúdo curricular, o trabalho com a História e cultura africana, a afro-brasileira e a indígena, as relações de gênero e diversidade sexual e diversidade geracional (BRASIL, 1988).

Complementando o currículo básico, a EMCLS oferece aos alunos oficinas de produção teatral, musical, fotografia, cestaria e uso de materiais recicláveis. Para assessorar o trabalho pedagógico, conta com projetos de intervenção em leitura e escrita e numeramento.

Também são oferecidas atividades externas diversificadas (visitas monitoradas, experimentações, participação em eventos educativos culturais e esportivos), participação em exposições, feiras e concursos, visitas ao patrimônio municipal e intermunicipal (museus, cidades históricas, etc.), realizar visitas orientadas às entidades responsáveis pela legislação, execução e garantia de direitos e pela execução de serviços públicos. Desse modo, são atendidas as propostas de trabalho, sustentabilidade e patrimônio, pilares que sustentam a proposta da EJA na escola.

## **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

### **4.1 Organização e duração do curso**

A Educação de Jovens e Adultos da EMCLS atende à educação básica, da alfabetização ao ensino médio, tendo como referência o total de 2.880 horas de efetivo trabalho com o aluno. O tempo mínimo para certificação dos alunos será de 240 horas tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, de acordo com avaliação do Conselho de Classe.

O Ensino Fundamental é ministrado em um ciclo único com carga horária total de referência de 1.920 horas. O Ensino Médio, também, é ministrado em um único ciclo, com carga horária total de referência de 960 horas, incluindo-se neste total a carga horária correspondente à qualificação profissional ofertada através de parcerias estabelecidas entre o governo federal, estadual e municipal e outras da iniciativa privada. As horas de qualificação profissional são computadas na carga horária total de direito do aluno.

## **4.2 Corpo Docente**

A constituição da jornada de trabalho do professor observa as definições legais do município de Belo Horizonte, bem como as demandas da escola definidas coletivamente. É de fundamental importância a formação de coletivos de trabalho que permitam a realização do planejamento e o desenvolvimento adequado das propostas e projetos pedagógicos.

A carga horária semanal do professor é de 22h e 30 minutos, sendo 2h e 30 minutos de recreio e as demais distribuídas entre horas de regência (12h), de Atividade Coletiva de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar (ACPATE -4h) e de projetos específicos/formação (4h).

## **4.3 Carga horária do aluno e frequência**

Tendo em vista o perfil dos discentes e os objetivos da Escola Municipal Caio Líbano Soares, cada turno trabalha, diariamente, com três horas de aula e mais trinta minutos de recreio. As aulas são ministradas de segunda a quinta-feira. As sextas-feiras são destinadas a atividades de formação e aperfeiçoamento da prática docente. Os alunos, então, contam com um período livre para desenvolverem sua prática escolar com maior autonomia, tendo disponíveis o laboratório de informática, a biblioteca, as salas de aula e demais equipamentos da Escola.

Levando em consideração o perfil dos alunos da EJA, as faltas e atrasos são administrados de modo peculiar. Muitos são os contratemplos enfrentados por eles ao longo do curso, sejam de ordem pessoal ou laboral, exigindo sua ausência periódica ou seu afastamento por um período de tempo maior. Entretanto, o

compromisso e a valorização de sua vida escolar não podem ficar em segundo plano.

No caso de afastamentos temporários da Escola, o aluno deve justificar sua ausência mediante documento escrito encaminhado à Coordenação da Escola. As faltas podem ser justificadas com trabalhos pedagógicos orientados por seus professores, para serem realizados durante sua ausência. Esses alunos são avaliados pelo Conselho de Classe como os demais alunos frequentes. Tal prática pode ser levada a cabo devido à idade dos alunos, cuja opção pela escolarização é uma vontade própria. Concluir seus estudos de modo satisfatório depende de sua responsabilidade e envolvimento no processo como um todo.

Não se pode seguir a mesma proposta, entretanto, com os alunos menores de idade. Nos casos de ausência injustificada faz-se necessária a comunicação às famílias ou aos responsáveis, de forma a assegurar o retorno do aluno, de acordo com a legislação em vigor e o Regimento Escolar.

Ainda assim, há casos em que o aluno se ausenta por 51 (cinquenta e um) dias consecutivos, sem justificativa, mesmo com todo o acompanhamento da frequência realizado pela escola, pelo Família-Escola (setor responsável por auxiliar a escola no acompanhamento da frequência e de fazer a mediação com o Conselho Tutelar) e pelo Conselho Tutelar. Nesse caso (total de 51 faltas ou mais) sua matrícula será cancelada permitindo o acesso à vaga a outro cidadão.

#### **4.4 Espaços físicos e sua utilização**

A escola compartilha com as demais instâncias do CEPAVV (já citadas anteriormente) os espaços da cantina e refeitório de alunos, e ainda dois auditórios, dois anfiteatros, ginásio coberto e quadra externa para práticas educativas, esportivas e recreativas.

Estes espaços são compartilhados por meio de horários pré-definidos, contemplando a todas as turmas da EMCLS e da EMSA. Já o laboratório de informática é de uso exclusivo da Caio Líbano, inclusive atendendo aos alunos fora de seu horário escolar, para complementação das atividades, pesquisas, etc.

As turmas externas, como a própria denominação sugere não se localizam no mesmo prédio, mas sim nas dependências da Igreja Universal do Reino de Deus na Av. Olegário Maciel.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Autonomia não significa uniformização. A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade. Nesse momento, lutar por uma escola autônoma é lutar por uma escola que projete, com ela, uma outra sociedade. Pensar numa escola autônoma e lutar por ela é dar um sentido novo à função social da escola e do educador que não se considera um mero cão de guarda de um sistema iníquo e imutável, mas se sente responsável também por um futuro possível com equidade. (GADOTTI, 1993, pp.47,48)

Na EMCLS todo o processo político e pedagógico escolar pauta-se por princípios democráticos, discutido e avaliado em várias instâncias (coletivo de professores e alunos), Colegiado Escolar (que se reúne pelo menos uma vez por mês) e Assembleia Escolar (que se reúne ordinariamente quatro vezes por ano).

No âmbito administrativo, a EMCLS é composta de Direção e Coordenação Pedagógica, Colegiado Escolar, Assembleia Escolar, Conselhos de Classe e de Turma, Secretaria e Caixa Escolar, cuja constituição e atribuições estão previstas no Regimento Escolar.

Nesse sentido, a administração escolar é, atualmente, vista por alguns como *mediação*, ou seja, como elemento mediador entre os recursos diversos existentes na instituição escolar (humanos, financeiros, materiais, pedagógicos, entre outros) e a busca dos seus objetivos (a formação cidadã). (DOURADO, s/d p.4)

### 5.1 Direção e Coordenação Pedagógica

A Direção e a Coordenação Pedagógica são constituídas por Diretor, Vice-Diretor e Coordenadores que, de forma direta ou indireta, responsabilizam-se pelo funcionamento da Escola nos planos administrativo, jurídico e pedagógico.

O Diretor e o Vice-Diretor são escolhidos por eleição direta, pela comunidade escolar. A Coordenação Pedagógica, por sua vez, é eleita pelo grupo de professores, atendendo a critérios pré-definidos pelo coletivo.

### 5.2 Conselhos de Classe e Conselhos de Turma

O Conselho de Classe é constituído pelos professores da turma e dirigido pelos Coordenadores Pedagógicos. Esse conselho reúne-se a cada dois meses para definir as propostas pedagógicas, acompanhar o desenvolvimento do processo educacional e avaliá-lo, redirecionando-o, sempre que necessário. Também são de exclusiva competência desse Conselho o preenchimento das fichas de avaliação dos alunos e as definições quanto à classificação, reclassificação e certificação dos mesmos. Para que as decisões do Conselho de Classe sejam validadas, é necessária a presença de 50% mais um dos seus membros.

O Conselho de Turma envolve alunos e professores e é dirigido pela Coordenação Pedagógica. Reúne-se, quando se faz necessário, para levantar as dificuldades e redimensionar o trabalho pedagógico. É um momento em que alunos e professores podem dialogar sobre a prática escolar, de forma equânime, buscando soluções conjuntas para os problemas enfrentados.

### **5.3 Conselho Escolar e Assembleia Escolar**

A Assembleia Escolar é a instância máxima de deliberação da administração escolar. Dela participa toda a comunidade escolar. Reunindo-se ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário escolar, dentro dos limites legais, a Assembleia legitima e decide os rumos da unidade educacional.

Na primeira assembleia do início do mandato da nova Direção, na qual se reúnem integrantes de todos os setores da comunidade (professores, direção, coordenadores, funcionários, pais e alunos) estes se oferecem para ocupar os cargos de membro e suplente de cada setor, passando em seguida por eleição entre todos os presentes.

O Conselho Escolar é composto por representantes de vários segmentos da comunidade escolar, efetivos e suplentes. São, portanto, dois representantes da comunidade, dois representantes das famílias, quatro representantes do corpo discente, dois representantes de servidores da educação (funcionários concursados, quando houver); dois representantes de funcionários (contratados pela Caixa Escolar), quatro representantes do corpo docente, além do Diretor que é, obrigatoriamente, o Presidente do Conselho.

Desde então, o Conselho Escolar reúne-se mensalmente (ou extraordinariamente, conforme a necessidade), de acordo com data previamente

estabelecida junto com o calendário escolar. Ainda assim, os membros são comunicados por escrito, com antecedência. Exercendo todas as suas funções, sejam elas “deliberativas”, “consultivas”, “fiscais” e/ou “mobilizadoras”, segundo Navarro (2004, apud Dourado s/d), conforme o caso em pauta.

Por meio dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros tornando este coletivo não só o canal de participação, mas também um instrumento da gestão da própria escola. (GERIR, 2002, p.21)

O Conselho Escolar é, portanto, um órgão que possibilita garantia da gestão democrática da escola, discutindo e problematizando não apenas os aspectos administrativos e financeiros, mas também os pedagógicos, além da articulação com a comunidade.

#### **5.4 Secretaria Escolar**

A Secretaria Escolar é encarregada da execução de todos os procedimentos pertinentes à legislação de ensino e à escrituração escolar ficando sob a responsabilidade do Secretário, cargo de confiança da Direção. O Secretário Escolar, devidamente autorizado pelas instâncias de regulação da educação, é um dos sujeitos fundamentais para o funcionamento escolar.

A secretaria e seu signatário desempenham papel fundamental na organização e administração da EMCLS. Em consonância com a Direção, cabe à Secretaria planejar e dirigir, avaliar e controlar as atividades tais como: (a) zelo pela guarda e sigilo dos documentos escolares; (b) simplificação dos processos e métodos de trabalho, mantendo em dia a escrituração, arquivos, fichários, correspondência escolar e o resultado das avaliações dos alunos; (c) manutenção atualizada do arquivo de Legislação e os documentos da escola, inclusive dos ex-alunos; (d) documentação, fluxo de pessoal e pagamento dos servidores concursados.

A EMCLS possui sua rede de planejamento e informação devidamente informatizada. Usando dos recursos tecnológicos, facilita-se o trabalho da escrituração e fornecimento dos documentos e processos: (a) Declaração Escolar; (c) Histórico; (c) Certificado de Conclusão e diploma; (d) Matrícula e transferência; (e) Processos de avaliação.

Todo o processamento de informações e decisões da Secretaria Escolar é pautado pelos princípios legais da educação nacional. O trabalho é inspecionado pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Gerência de Organização e Funcionamento Escolar; Gerência de Pessoal e Gerência de Educação da Regional Centro Sul).

## 5.5 Caixa Escolar

(...) ao defendermos a autonomia da escola, estamos defendendo que a comunidade escolar seja independente e tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o projeto político-pedagógico almejado pela comunidade. No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está subordinada ao Sistema Nacional de Educação, às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o regulam, não podendo, portanto, desobedecer-lhes. (DOURADO, s/d, p.1)

A Caixa Escolar tem a seguinte constituição: Presidente e Vice Presidente; Tesoureiro; Secretário e Conselho Fiscal. Excetuando-se o cargo de Presidente, que obrigatoriamente deve ser o Diretor da unidade de ensino (no caso a EMCLS), os demais cargos são eleitos em assembleia, seguindo o mesmo processo de constituição do Conselho Escolar. Além destes, atualmente as escolas da PBH contam com a função de Gestor Financeiro e Administrativo, responsável por toda a parte fiscal, financeira e de prestação de contas junto à SMED.

Os membros da Caixa Escolar não se reúnem, especificamente. Os gastos são definidos nas reuniões do Conselho e, com base nestas escolhas, o gestor executa as ações previstas. Após todo esse processo, o Presidente, o Tesoureiro e o Conselho Fiscal fiscalizam e aprovam (ou não) os gastos.

A EMCLS conta com subvenções financeiras dos fundos municipais e federal, a saber: (a) subvenção regular (para despesas ordinárias e apoio ao estudante); (b) subvenção do Projeto de Ação Pedagógica (PAP) – para desenvolvimento de projetos de formação docente e oficinas para os discentes e que diversifiquem o currículo escolar, previamente apresentadas e definidas em assembleia com o coletivo; (c) subvenção de pessoal (para custeio dos funcionários da Caixa Escolar, celetistas); (d) Obras (para execução de reformas e obras que não custeadas por outros órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte); (e) PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola (custeio e manutenção materiais para a consecução dos objetivos escolares). Todas as subvenções são mantidas pelo cofre do município,

exceto o PDDE – verba federal – que abrange várias frentes de apoio financeiro à prática escolar.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A escola não é uma ilha. Nela eclodem diferentes faces das mazelas sociais e humanas. As subjetividades estão expostas favorecendo o aparecimento das diferenças e das divergências. Num ápice, aparecem os conflitos nas relações interpessoais.

Como em qualquer outro lugar, na EMCLS, a gestão das relações é um desafio. A todo o momento demanda-se a articulação de forças para manutenção dos interesses. Diante do conflito, evoca-se o Regimento Escolar, a reflexão sobre as questões do direito e do dever; busca-se uma conscientização do papel do educador, do servidor e do educando.

No processo de conciliação, muitas vezes de tomada de decisão, o coletivo é remetido para o entendimento das microrrelações de poder que perpassam as relações escolares, sem se ater apenas aos aspectos legais. A lei é importante, mas se torna ineficaz se não se levar em conta que se lida com gente, com pessoas, que merecem ser escutados em suas demandas.

Aposta-se, na E.M.Caio Líbano, na democratização das relações de trabalho, tendo na “pedagogia dialógica” sua principal ferramenta para enfrentar oposições de interesses. A participação é um requisito essencial para o exercício da democracia; daí a necessidade de se investir em grupos de conversações com professores, alunos, funcionários e servidores, família e segmentos sociais. São grupos que se reúnem esporadicamente (sem data previamente estabelecida) para tratar de assuntos de interesse da comunidade escolar, independente do papel que ocupam na escola.

São necessárias firmeza e suavidade, buscando a eliminação do autoritarismo centralizado. A diminuição da divisão de trabalho reforça as diferenças e o distanciamento em relação, principalmente, à comunidade; surge daí a necessidade de se investir em relações mais horizontais, diluindo-se o binômio dirigente/dirigido. Ratificando Japocanga (s/d), há de se apostar na unidade das relações sem se pasteurizar, preservando as individualidades. Em um processo

pedagógico democrático, a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, torna-os sujeitos autores do pacto das relações.

Neste sentido, na EMCLS, busca-se a atenção e o enfrentamento de toda e qualquer manifestação de preconceito (raça, cor, gênero e/ou orientação sexual), num processo de convivência, de socialização e de reconhecimento por parte de toda a comunidade escolar dos direitos das minorias a uma vida digna e a um processo de formação escolar pautado pelos princípios da ética e do respeito.

## **7. AVALIAÇÃO ESCOLAR**

Qual o objetivo da avaliação escolar e institucional? Souza (2005) diz que a avaliação (em particular a avaliação institucional) serve para explicar os resultados da avaliação da aprendizagem. O autor aponta ainda para o desenvolvimento do aluno em relação à democratização da gestão escolar. Este é um indicador de qualidade do ensino.

Uma escola que divulga suas reuniões, que pontua as prioridades e metas a serem cumpridas, que verifica e socializa o destino dos recursos recebidos pela escola, que se pauta pela norma e pela lei, oferece indicativos de qualidade para o desenvolvimento dos processos pedagógicos e da avaliação dos mesmos. Este é um viés da gestão democrática, apregoado por Cury (2006) e apontado por Souza (2005), que indica possibilidades e caminhos para a ampliação da democracia na educação.

Instituições de ensino que ampliam sua democracia através destes atos ou de outros formalmente claros, possibilitarão uma organização que favorecerá a democracia escolar, em cujo pressuposto se verifica a participação, a opinião, o respeito mútuo e a credibilidade no trabalho escolar.

### **7.1 Concepção, processo e instrumentos de avaliação**

De Navarro (2004) e Souza (2005), lança-se a pergunta: a avaliação é um processo ou um produto? Este é um ponto de reflexão para a prática avaliativa. A avaliação é processual e contínua, o seu objetivo é acompanhar o processo e redimensioná-lo, sempre que necessário.

Imbricada à dimensão social está a dimensão pedagógica da avaliação. Tanto as avaliações globais internas como as externas, como o Avalia BH EJA – hoje, o único instrumento de avaliação externa para a educação de jovens e adultos do sistema municipal de educação de Belo Horizonte –, tem por objetivo fornecer aos professores e aos alunos informações sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas de EJA. Aqui, reafirma-se o papel das avaliações externas: parâmetros que possibilitam avaliar o trabalho realizado pelo corpo docente e pelo corpo discente, favorecendo o aparecimento de propostas de intervenção nos métodos e processos escolares, buscando-se a qualidade social da educação.

Na prática avaliativa da EMCLS procura-se garantir a clareza dos objetivos. Todos os instrumentos de avaliação – tanto os internos, quanto os externos – são entendidos como um conjunto de aferições feitas no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, que servirão para norteá-lo ou redirecioná-lo, apontando os pontos negativos e positivos da prática docente, possibilitando novas estratégias para que os objetivos sejam atingidos.

Levando-se em consideração as subjetividades dos alunos, são adotados diferentes modelos de avaliação: prova objetiva, prova dissertativa, seminários, trabalhos em grupo, debates, relatórios individuais, autoavaliação, observação, conselhos de classe e portfólio, possibilitando ao aluno demonstrar seu potencial.

A conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio ocorre ao final do período de trabalho previsto e observadas as habilidades, as competências e as aprendizagens adquiridas pelos educandos. Não há um período específico para que se encerre cada ciclo. Baseia-se nas avaliações qualitativas e quantitativas de cada aluno individualmente. Para isso, o Conselho de Classe deve manifestar-se formalmente, levando em consideração a solicitação do aluno, o seu desenvolvimento global e as habilidades e competências adquiridas pelo mesmo. Além disso, observa-se o cumprimento da carga horária mínima de 240 horas pelo educando.

## **7.2 Avaliação do projeto, do corpo docente e da escola**

A avaliação da atuação docente leva em conta o envolvimento dos professores com os projetos de trabalho e os processos vivenciados e tem como objetivo geral o pleno desenvolvimento do projeto institucional da Escola (SOUZA,

2005). Outros fatores são observados de acordo com as orientações da política de avaliação dos servidores municipais emanadas da Secretaria Municipal de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Esta avaliação é uma das dimensões do plano de carreira dos servidores do município.

Tanto no âmbito interno, quanto no externo, a avaliação aponta encaminhamentos. Um deles diz respeito à formação continuada dos professores e servidores da educação. Souza (2005) referenda esta atitude em seus estudos sobre avaliação institucional, tomando-se a avaliação da escola como instituição.

O autor Paulo Freire (1991, p. 68) afirma que "ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". Ainda seguindo o viés da reflexão sobre a prática, Nóvoa (1992, p. 27) marca a valorização dos "paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional". Aponta ainda para o protagonismo do professor na implementação das políticas educativas. Tais premissas também balizam o pensamento de Demo (1992) e estudos de Masetto (1994).

Diante deste quadro conceitual, apontamos alguns princípios e/ou características que permeiam a formação docente, tão desejável na EMCLS:

- Professor pesquisador: - inquietação, curiosidade e pesquisa: a formação do professor pesquisador, entendendo-se que o conhecimento não está acabado e que o saber docente provem da experiência, da pesquisa e da reflexão sobre a mesma. Tem-se, pois, aqui, a abertura para uma formação continuada na prática e na reflexão sobre a prática, além de ver o professor como autor de seu projeto de formação (DEMO, 1992);
- A relação com o conhecimento: - entender o domínio de cada área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral, superando a fragmentação do conhecimento, buscando o inter-relacionamento dos saberes e à interdisciplinaridade. A busca de uma formação continuada que, além de reforçar ou proporcionar os fundamentos e conhecimentos de sua disciplina, mantenha o professor constantemente a par dos progressos, inovações e exigências dos tempos modernos. Portanto, é fundamental ancorar no coletivo a construção do projeto político-pedagógico (OLIVEIRA, s/d);
- Identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento: - a identificação e a apropriação do patrimônio sociocultural e ambiental, além das possibilidades das ciências da comunicação e informação, apropriando-se de novas ferramentas de pesquisa e construção do saber;
- Por último, explicitando, aponta-se o trabalho coletivo.

Em suma, a avaliação institucional deve primar pela ruptura com o individualismo pedagógico, em que o trabalho e a reflexão em equipe se tornam necessários; a análise científica da prática; e um profissionalismo aberto, em que o ato de ensino seja precedido de pesquisa e diálogo entre os parceiros interessados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toma-se como princípio do Projeto Político e Pedagógico a natureza do inacabado e da incompletude, passível de mudanças e de alterações. O PPP pode ser entendido como o grande gestor da escola; porém, o coletivo escolar deve cuidar para que ele não elimine a subjetividade, a singularidade de seus sujeitos. Ao mesmo tempo em que o PPP é tomado como marco que direciona as ações políticas e pedagógicas, ele tem que ser tomado também como elemento e processo que abarca e canaliza o potencial criativo dos atores escolares.

Na ordem das incertezas que caracteriza a sociedade moderna, há sempre a emergência do novo; sempre há algo a ser produzido, a ser elaborado. Pensando-se o PPP enquanto documento e processo, o projeto deverá adequar-se à realidade da escola e, concomitantemente, às mudanças da sociedade em que esta está inserida. Trata-se de um documento importante da prática escolar, ao mesmo tempo norteador e termômetro.

Ao se chegar ao desenho final deste texto, atina-se para um novo fator da ordem da legalidade que é o trato com a diversidade étnico-racial apontada no XII princípio da LDB 9394/96. Embora a temática esteja apontada e discutida nos fóruns pedagógicos da EMCLS, com formação de professores e alunos, a partir de 2013, ela passa a ser amparada pela Lei nº 12.796. A diversidade deverá ganhar um novo espaço no currículo escolar, traduzindo em ações de informação e formação estudantil. É uma exigência da sociedade, um dever do estado, uma ação escolar.

Para além da diversidade, há de se ressaltar que há muito o que se fazer no sentido de promover a aproximação de todos os setores envolvidos na dinâmica escolar, buscando a participação efetiva no processo decisório, ampliando a força do Conselho Escolar.

Outro fator é o entendimento da educação de jovens e adultos como política de inclusão social. É preciso investir em parcerias que tornem o processo de engajamento dos jovens e adultos na dinâmica da cidade cada vez mais efetiva e eficaz para ambos, nos campos sociais, culturais e de produção econômica. A democratização do ensino é uma forma de se garantir o direito à educação, fazendo com que cada jovem e adulto, homens e mulheres, sejam sujeitos de sua vida, no reconhecimento da escola como espaço republicano, público, de todos,

desenvolvendo ações que possibilitem o avanço da unidade escolar, tendo como importante marco referencial o projeto social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **A Prática dos Quatro Pilares da Educação na Sala de Aula**. Belo Horizonte: Vozes, 2010.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. [s.d.]. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31604/O\\_projeto\\_politicopedagogico\\_no\\_contexto\\_da\\_gestao\\_escolar\\_AZEVEDO\\_Janete\\_Maria\\_Lins\\_de.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31604/O_projeto_politicopedagogico_no_contexto_da_gestao_escolar_AZEVEDO_Janete_Maria_Lins_de.pdf) Acesso em 29/06/2014.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Educação básica de jovens e adultos**: relatos de uma nova prática. Belo Horizonte: SMED, 1996. (Reflexões sobre a prática pedagógica na Escola Plural, 3 )

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Educação Básica de Jovens e Adultos**: algumas orientações para a organização escolar em 1998. Belo Horizonte: SMED, 1998.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação – SMED. **Versão Preliminar das Proposições Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: SMED, 2012. Edição eletrônica interna para leitura. Disponível em: <https://intranet.educacao.pbh/publicacao/vers%C3%A3o-preliminar-dasproposi%C3%A7%C3%B5es-curriculares-para-educa%C3%A7%C3%A3o-dejovens-e-adultos-da-rede>. Acesso em 28/06/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394**, de 1996. Brasília: Congresso Nacional, dez. 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional).

BRASIL. **Lei no. 12.796**, de 04 de abril de 2013. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Proposta Curricular – 1º segmento – Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Ensino *Fundamental – Proposta Curricular* – 2º segmento, vol. 1, 2 e 3 – Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Portal do Trabalho e do Emprego**. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 30/06/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12657%3Aparâmetros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12657%3Aparâmetros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859). Acesso em 16/07/2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 20/07/2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Resolução nº 001 de 05/06/2003** (Regulamenta a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte). Belo Horizonte: CME, 2003.

CURY, C. R. Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

DOURADO, Luiz F. [et al.](s/d) **Autonomia decretada e autonomia constituída**. Disponível

em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36505/Autonomia\\_decretada\\_e\\_autonomia\\_constituída\\_Joao\\_Ferreia\\_de\\_Oliveira\\_Karine\\_Nunes\\_de\\_Moraes\\_Luiz\\_Fernandes\\_Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36505/Autonomia_decretada_e_autonomia_constituída_Joao_Ferreia_de_Oliveira_Karine_Nunes_de_Moraes_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf) Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática**. Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao\\_da\\_Educacao\\_Escolar\\_no\\_Brasil\\_na\\_Perspectiva\\_da\\_Gestao\\_Democratica\\_Joao\\_Ferreia\\_de\\_Oliveira\\_Karine\\_Nunes\\_de\\_Moraes\\_Luiz\\_Fernandes\\_Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao_da_Educacao_Escolar_no_Brasil_na_Perspectiva_da_Gestao_Democratica_Joao_Ferreia_de_Oliveira_Karine_Nunes_de_Moraes_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf).

Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar**.

Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/38199/conversando\\_mais\\_um\\_pouco\\_sobre\\_o\\_conselho\\_escolar.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/38199/conversando_mais_um_pouco_sobre_o_conselho_escolar.pdf). Acesso em: 15/08/2014.

ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014**. Pólo de Belo Horizonte. Sala Ambiente Fundamentos do Direito à Educação. Atividade 1 - Unidade I - A Educação como Direito: questões envolvidas com base em uma abordagem histórica. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>. Acesso em 30/04/2014.

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES. Disponível em <https://sites.google.com/site/emcaiolibanosoareseja/>. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EMCLS, 1992 (Documento de circulação interna).

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES, **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte: EMCLS, 1999 (Documento de circulação interna).

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: **Trabalho, Comentário, Reflexão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

GERIR, Salvador, v. 8, n. 25, p. 10-47, mai./jun. 2002. **Colegiado/Conselho Escolar: aprimorando a qualidade da escola pública**. Disponível em: <http://www.liderisp.ufba.br/modulos/conselho.pdf>. Acesso em 24/08/2014.

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Pará. Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA. 2001. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em <[http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao escolar e o processo de tomada de decisao.pdf](http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf)> Acesso em 30/07/2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)**. Brasília: INEP: 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/encceja/encceja>. Acesso em 01/08/2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. [s/d]. Disponível em: <http://www2marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 30/07/2014.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, p. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/Lopes.pdf>. Acesso em 14/07/2014.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Pós-Graduação e formação de Professores para o 3º Grau**. São Paulo: 1994 (mimeo).

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Legislação Escolar**, vol. 1 e 2. Belo Horizonte: SEEMG, dez 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000** (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos). Brasília/DF: CNE/CEB, 2000 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em 16/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação**: o processo e o produto. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33494/Avaliacao\\_-\\_o\\_processo\\_e\\_o\\_produto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33494/Avaliacao_-_o_processo_e_o_produto.pdf). Acesso em 30/07/2014.

NÓVOA, Antônio (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. **Profissão Professor**. Portugal: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. In: Escola de Gestores da Educação Básica. **Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014**. Pólo de Belo Horizonte. Sala Ambiente Projeto Vivencial. Biblioteca da Sala Ambiente Projeto Vivencial. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>. Acesso em 15/04/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Planejamento e trabalho coletivo. In: **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública**. Caderno 1. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p.